



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0008930-70.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **CF, OF - 3258/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 2744/2014 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **LUCIENE CRISTINA FERNANDES CORREA**
 Vítima: **Casas Bahia**

Réu Preso

Aos 09 de janeiro de 2015, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente a ré LUCIENE CRISTINA FERNANDES CORREA, acompanhado de defensor, o **Drº Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida uma testemunha de acusação e interrogada a ré. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** MM. Juiz: “LUCIENE CRISTINA FERNANDES CORREA, qualificada a fls. 09/10, com foto a fls. 11, foi denunciada como incurso nas penas do artigo 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal, porque em 02 de setembro de 2014, por volta das 04h10min, na Rua Episcopal, nº 1041, no interior do estabelecimento comercial “Casas Bahia”, Centro, nesta Cidade e Comarca, previamente ajustada com mais 3 indivíduos não identificados até o momento, subtraíram para si, 2 (dois) notebooks da marca “Positivo”, 1 (um) tablete da marca “Tectoy”, 1 (um) tablete da marca “LG”, 1 (um) tablete da marca “LNV”, 5 (cinco) telefones celulares da marca “LG” e 5 (cinco) telefones celulares da marca “Samsung”, 1 (um) notebook da marca “Samsung”, 4 (quatro) netbooks da marca “DL”, 3 (três) tablets da marca “Positivo”, 6 (seis) tablets da marca “Lenox”, 1 (um) tablet da marca “Samsung” e 1 (um) tablete da marca “Dell” (bens exibidos, apreendidos e entregues a fls. 35/36/37/39/40/41 e avaliados indiretamente a fls. 68 em R\$ 2.450,00 – dois mil, quatrocentos e cinquenta reais, pertencentes à empresa vítima Casas Bahia. É certo que as câmaras de segurança de vídeo, da Guarda Municipal, flagraram a ação da denunciada juntamente com os outros três indivíduos. O Guarda Municipal Paulo Thiago confirmou que no dia dos fatos realmente ocorreu furto nas Casas Bahia com arrombamento da porta, conforme laudo de fls. 93/94. Além do mais, tal testemunha confirmou que ocorreu concurso de agentes para



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

a prática do crime, com participação de quatro pessoas. Na fuga, conseguiram prender em flagrante apenas a ré, sendo que os demais comparsas conseguiram fugir. Quanto a ré, acabou confessando o delito. O crime restou consumado segundo o relato do Guarda Municipal, já que ocorreu perseguição e a ré e os comparsas chegaram a ter, ainda que por pouco tempo a posse dos bens furtados, de valor considerável (R\$ 2.450). A ré é reincidente, possuindo condenação por tráfico de entorpecentes (fls. 111) e condenação por furto qualificado (fls. 115). Ainda, possui em andamento processo de roubo duplamente qualificado, em concurso formal (fls. 114). A fls. 97 foi concedida liberdade provisória a ré. Ante o exposto, aguardo a procedência da presente ação, considerando-se que a ré é reincidente. Considerando-se a reincidência e os outros crimes praticados deverá ser fixado regime inicial fechado para cumprimento de pena. **Dada a palavra à DEFESA:**”MM. Juiz: A ré é confessa. A confissão harmoniza-se com o restante da prova. É livre e voluntária, decorrente da autodeterminação dela. Faz jus portanto a atenuante da confissão espontânea. O crime, porém, não passou da esfera da tentativa, já que o fato foi filmado desde o início pelas câmeras da Guarda Municipal, permitindo o acionamento de viaturas que deram início a perseguição iniciada defronte a loja vitimada. Como a prova bem demonstrou o veículo dos agentes colidiu com uma das viaturas impedindo que eles tivessem qualquer proveito das coisas subtraídas. No contexto específico dos autops, portanto, não se pode dizer que o crime foi consumado pois não houve posse dos objetos sequer por pouco tempo. O crime de furto, ademais, admite a tentativa, não sendo razoável que a jurisprudência passe a negá-la por razões de política criminal ou necessidade de resposta mais rigorosa à prática de infrações. Vale dizer assim, que a tentativa como causa de diminuição da pena, quando presentes os seus requisitos legais, configura direito subjetivo do réu, direito este que dá conformidade e concretude ao Princípio Constitucional da Individualização da Pena. Logo, considerando a eficaz atuação da polícia, deve-se aplicar a fração redutora máxima de 2/3 prevista no art. 14, II, do C.P. na dosimetria da pena, portanto, requer-se a fixação da pena mínima, compensando-se a reincidência com a atenuante da confissão. Na terceira fase, o reconhecimento da tentativa. Depois de fixado o regime inicial de cumprimento da pena com observância da reincidência, requer-se a aplicação do art. 387, § 2º, do CPP. operando-se a detração do tempo em que efetivamente suportou prisão preventiva, bem como de todo o tempo em que esteve submetida ao instituto da prisão domiciliar que implica efetiva privação de liberdade. Por fim, requer-se com a sentença a revogação da medida cautelar alternativa e a concessão do direito de apelar em liberdade.”

Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:”VISTOS. LUCIENE CRISTINA FERNANDES CORREA, qualificada a fls. 09/10, com foto a fls. 11, foi denunciada como incurso nas penas do artigo 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal, porque em 02 de setembro de 2014, por volta das 04h10min, na Rua Episcopal, nº 1041, no interior do estabelecimento comercial “Casas Bahia”, Centro, nesta Cidade e Comarca, previamente ajustada com mais 3 indivíduos não identificados até o momento, subtraíram para si, 2 (dois) notebooks da marca “Positivo”, 1 (um) tablete da marca “Tectoy”, 1 (um) tablete da marca “LG”, 1 (um) tablete da marca “LNV”, 5 (cinco) telefones celulares da marca “LG” e 5 (cinco) telefones celulares da marca “Samsung”, 1 (um) notebook da marca



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

“Samsung”, 4 (quatro) netbooks da marca “DL”, 3 (três) tablets da marca “Positivo”, 6 (seis) tablets da marca “Lennox”, 1 (um) tablet da marca “Samsung” e 1 (um) tablete da marca “Dell” (bens exibidos, apreendidos e entregues a fls. 35/36/37/39/40/41 e avaliados indiretamente a fls. 68 em R\$ 2.450,00 – dois mil, quatrocentos e cinquenta reais, pertencentes à empresa vítima Casas Bahia. Recebida a denúncia (fls. 72), foi a ré citada (fls. 122). Oferecida resposta à acusação (fls. 124/125), não houve absolvição sumária (fls. 126). O Ministério Público requereu a condenação da ré, observando a reincidência e o regime fechado. A defesa pediu reconhecimento da tentativa, compensação da confissão com a reincidência, bem como aplicação do art. 387, § 2º do CPP. **É o Relatório. Decido.** A ré é confessa. A prova oral reforça o teor da confissão. A condenação é de rigor. O laudo de fls. 93/94 confirma o arrombamento. Houve também concurso de agentes. Analisando a gravação do delito, todo registrado na mídia de fls. 66, verifica-se que a ação da Guarda Municipal impediu a consumação do crime. Tudo estava sendo gravado pelas câmeras de vigilância da cidade e a Guarda Municipal atuou prontamente. Chegou ao local quando os agentes estavam saindo dali e imediatamente os perseguiu, culminando na abordagem mencionada pelo guarda Paulo, hoje ouvido, que também menciona a descoberta do delito pelas câmeras de vigilância da cidade. Não houve, portanto, posse mansa e pacífica dos bens, por tempo juridicamente relevante, sendo de rigor o reconhecimento do crime tentado. A ré é reincidente específico (fls. 155) e reincidente genérico (fls. 111). Em seu favor, existe a atenuante da confissão. A ré está em prisão domiciliar (fls. 103) desde 12.09.2014 e compareceu na audiência designada. Motivo da prisão domiciliar é o do art. 318, III, do CPP. Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação e **condeno** LUCIENE CRISTINA FERNANDES CORREA como incurso nas penas do artigo 155, §4º, incisos I e IV, c.c. art. 14, II, art. 61, I, e art. 65, III, “d”, do Código Penal. Passo a dosar as penas. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, considerando que a ré possui três condenações definitivas, mencionadas a fls. 87/88, sendo que é usada como reincidência apenas aquela certificada a fls. 115, e as outras como circunstâncias judiciais, fixo-lhe a pena base acima do mínimo legal, em 02 (dois) anos e 02 (dois) meses de reclusão, mais 11 (onze) dias-multa. A reincidência (fls. 115) e a confissão se compensam e mantêm a sanção inalterada. Havendo tentativa e considerando que, pela gravação de fls. 66, e também pelo depoimento do guarda Paulo, a perseguição aconteceu e houve posteriormente, colisão com a viatura da Guarda, tudo indicando que a prisão não foi próxima ao local do crime, reduzo a sanção em metade, **perfazendo a pena definitiva de 01 (um) ano e 01 (um) mês de reclusão, mais 05 (cinco) dias-multa, no mínimo legal.** Considerando os maus antecedentes e a reincidência de fls. 115 (esta específica), a pena privativa de liberdade deveria ser cumprida em regime fechado (a ré possui já condenação também por tráfico a fls. 111). Contudo, aplicada a regra do art. 387, §2º, do CPP, e considerando que a ré, após a concessão da prisão albergue, vem tendo aparente bom comportamento, pois não há notícia de novo delito, e considerando que desde o flagrante até a data de hoje decorreram mais de quatro meses, aqui considerados como tempo de pena cumprida, fixo-lhe o regime inicial semiaberto para o início do cumprimento da pena. Estando ausentes os requisitos da prisão cautelar, a ré poderá apelar em liberdade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Desnecessária a manutenção do regime de prisão domiciliar nesta fase, devendo ser expedido o alvará de soltura. Sem custas por ser a ré defendida pela Defensoria Pública, beneficiária da justiça gratuita. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Talita Vanessa Penariol Natarelli, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):